

Gestão de Recursos Humanos para a Administração Pública (novembro de 2006)

Contabilidade Pública (outubro de 2005)

CIBE — Cadastro e Inventário dos Bens do Estado (setembro de 2005)
Correio Eletrónico; Folha de Cálculo — Excel; Apresentação Gráfica — Powerpoint (março de 2003)

Produtividade, Condições de Trabalho e Participação (dezembro de 2002)

Curso de Formação para Oficiais Administrativos (janeiro de 1995)

Atendimento ao Público (novembro de 1993)

Relações Interpessoais (novembro de 1992)

Contabilidade POCSS (julho de 1990)

Estatística Hospitalar (abril de 1990)

209156957

Deliberação (extrato) n.º 2272/2015

Torna-se público que, por deliberação do Conselho Diretivo do Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, I. P. (INMLCF, I. P.), em sessão de 24 de julho de 2015:

Mestre Ariana Vaz Martins, técnica superior — cessa a comissão de serviço, em regime de substituição, no cargo de Chefe do Gabinete de Administração da Delegação do Centro do INMLCF, I. P., com efeitos a 31 de agosto de 2015 e designada, em regime de substituição, com efeitos a partir de 1 de setembro de 2015, para o cargo de Chefe do Gabinete de Assessoria Jurídica do INMLCF, I. P., nos termos do disposto no artigo 27.º do Estatuto do Pessoal Dirigente, aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua atual redação, e da alínea a) do n.º 2 da Deliberação n.º 1217/2014, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 109, de 6 de junho, na observância dos requisitos legais exigidos para o provimento no cargo, e considerando o preenchimento do respetivo condicionalismo legal e a detenção do perfil, experiência e aptidão técnica necessários para o exercício das funções inerentes ao referido cargo, conforme síntese curricular anexa. (Não carece de visto ou declaração de conformidade do Tribunal de Contas.)

23 de novembro de 2015. — A Diretora do Departamento de Administração Geral, *Isabel Santos*.

Nota curricular

Dados pessoais:

Nome: Ariana Vaz Martins

Data de nascimento: 03/05/1984

Naturalidade: Pombal

Formação académica:

Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (2007)

Mestrado em Direito Penal pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (2009)

Formação complementar:

Curso teórico prático de Mediação de Conflitos, pela Consulmed em parceria com o Instituto Politécnico de Leiria (2008)

Formação «Contrato de Trabalho em Funções Públicas», pela Universidade de Coimbra (2010)

Formação «Código dos Contratos Públicos», pela Universidade de Coimbra (2011)

Formação «Auditoria para Auditados», pela Universidade de Coimbra (2014)

Formação «SIADAP — aspetos práticos da aplicação», pelo Instituto de Gestão e Administração Pública (2015)

Formação «Novo CPA para juristas», pelo INA — Direção-Geral de Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas (2015)

Experiência profissional:

Chefe de Gabinete de Administração da Delegação do Centro do Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, I. P., em regime de substituição, desde 5 de janeiro de 2015

Técnica Superior, ao abrigo de um contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, no Gabinete de Técnico de Apoio da Universidade de Coimbra, de 20 de abril de 2011 a 4 de janeiro de 2015

Estagiária profissional, ao abrigo do Programa de Estágios Profissionais na Administração Central, no Gabinete de Técnico de Apoio da Universidade de Coimbra, de 1 de setembro de 2010 a 19 de abril de 2011

Estagiária no Gabinete de Técnico de Apoio da Universidade de Coimbra, de 8 de março de 2010 a 30 de agosto de 2010

Prestadora de serviços, no Gabinete da Qualidade e Comunicação Interna da Universidade de Coimbra, de 6 de outubro de 2009 a 30 de dezembro de 2009

Estagiária no Gabinete da Qualidade e Comunicação Interna da Universidade de Coimbra, de 6 de outubro de 2008 a 5 de outubro de 2009

209157053

Deliberação (extrato) n.º 2273/2015

Por deliberação do Conselho Diretivo do Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, I. P. (INMLCF, I. P.) proferida em sessão de 5 de novembro de 2015:

Cláudia Isabel Reis Margalho, especialista superior principal de medicina legal, da carreira especialista superior de medicina legal do mapa de pessoal do INMLCF, I. P., a exercer atividade no Serviço de Química e Toxicologia Forense — autorizada a prorrogação até 31 de dezembro de 2015 da equiparação a Bolseiro no País com dispensa parcial de dois dias por semana, ao abrigo do Despacho Normativo n.º 18/2001 de 19 de abril e que lhe havia sido anteriormente autorizada nos termos da Deliberação (extrato) n.º 932/2015, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 103, de 28 de maio.

(Não carece de visto ou declaração de conformidade do Tribunal de Contas.)

24 de novembro de 2015. — A Diretora do Departamento de Administração Geral, *Isabel Santos*.

209157401

Despacho n.º 14805/2015

Torna-se público que, por despacho de S. Ex.ª a Ministra da Justiça de 23 de julho de 2014:

Professor Doutor Jorge Manuel Matias da Costa Santos, Chefe de Serviço de Medicina Legal — designado, em comissão de serviço, considerando a proposta do Conselho Diretivo do Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, I. P. (INMLCF, I. P.), para o cargo de Diretor do Serviço de Clínica e Patologia Forenses da Delegação do Sul do INMLCF, I. P., nos termos do n.º 4 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 166/2012, de 31 de julho, e do n.º 2 do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 177/2009, de 4 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 266-D/2012, de 31 de dezembro, possuidor de reconhecida aptidão e experiência profissional adequadas ao exercício das referidas funções, como evidência o respetivo currículo, publicado em anexo ao presente despacho.

O designado pode exercer a opção prevista no n.º 3 do artigo 31.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua atual redação.

O presente despacho produz efeitos a partir de 1 de abril de 2014.

(Não carece de visto ou declaração de conformidade do Tribunal de Contas.)

23 de novembro de 2015. — A Diretora do Departamento de Administração Geral, *Isabel Santos*.

Nota Curricular

Jorge Manuel Matias da Costa Santos

Licenciado e doutorado em medicina legal (área das Ciências Sociais Médicas) pela Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa (FMUL), especialista em medicina legal com o grau de consultor e a categoria de chefe de serviço, habilitado com o internato complementar da especialidade de psiquiatria e pós-graduação em psiquiatria forense e criminologia clínica pela Universidade de Génève.

Professor Associado Convidado da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa e membro eleito da Comissão Coordenadora do seu Conselho Científico. Diretor do Curso de Mestrado em Medicina Legal e Ciências Forenses da Faculdade de Medicina de Lisboa, do Curso Superior de Medicina Legal da Delegação do Sul do INMLCF, I. P. (2004-2014) e membro dos conselhos coordenadores de outros cursos de pós-graduação e mestrado. Professor convidado em diversas universidades públicas e privadas, nomeadamente na Faculdade de Direito de Lisboa, Academia Militar e Instituto Superior de Ciências da Saúde Egas Moniz.

Diretor da Delegação do Sul do Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, I. P. (2004-2014) e vogal do Conselho Diretivo do mesmo Instituto (2007-2014). Membro do Conselho Médico-Legal (2004-2014). Exerceu vários cargos dirigentes desde 1988, designadamente os de diretor dos serviços de clínica médico-legal e de psiquiatria forense do Instituto de Medicina Legal de Lisboa e o de secretário do Conselho Médico-Legal de Lisboa.

Vogal do Conselho Diretivo do Colégio da Especialidade de Medicina Legal da Ordem dos Médicos, do qual foi presidente entre 2006 e 2009,

tendo sido também membro do Conselho Regional do Internato Complementar da Especialidade de Medicina Legal da Ordem dos Médicos.

Membro fundador e vogal eleito da primeira direção do European Council of Legal Medicine. Membro dos Conselhos Fiscais da International Academy of Legal Medicine e da Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa. Presidente da Sociedade Portuguesa de Suicidologia. Membro de cerca de duas dezenas de sociedades científicas nacionais e internacionais. Membro do conselho científico ou editorial de várias revistas nacionais e internacionais na área da medicina legal e psiquiatria forense, nomeadamente do *The Journal of Forensic Psychiatry and Psychology* e da *Revista Portuguesa de Avaliação do Dano Corporal*. Foi consultor científico de diversas instituições públicas e privadas.

Organizador ou coorganizador de diversos cursos de pós-graduação na área da medicina legal e ciências forenses e membro das comissões científicas e/ou organizadoras de congressos nacionais e internacionais. Integrou diversos grupos de trabalho nacionais e internacionais no âmbito da sua área profissional, alguns dos quais por nomeação ministerial. Foi membro de vários júris de qualificação académica e profissional.

Curso para altos dirigentes do Ministério da Justiça, Seminário de Alta Direção do INA, tendo recebido um prémio, e Curso Avançado em Gestão Pública, igualmente do INA, bem assim como o curso de Gestão em Cuidados de Saúde da FMUL/ISEG e o curso de Auditoria Clínica da Ordem dos Médicos.

Autor ou coautor de mais de 100 publicações em revistas científicas e livros, e de cerca de 300 comunicações apresentadas em congressos nacionais e internacionais, tendo sido galardoado com 6 prémios científicos, dos quais dois internacionais, e cinco louvores relativos ao seu desempenho profissional.

Orientador ou coorientador de mais de duas dezenas de dissertações de mestrado e três de doutoramento.

209157304

Despacho n.º 14806/2015

Torna-se público que, por despacho de S. Ex.ª a Ministra da Justiça de 23 de julho de 2014:

Licenciado José Fernando Bessa de Sousa Oliveira, Chefe de Serviço de Medicina Legal — designado, em comissão de serviço, considerando a proposta do Conselho Diretivo do Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, I. P. (INMLCF, I. P.), para o cargo de Diretor do Serviço de Clínica e Patologia Forenses da Delegação do Norte do INMLCF, I. P., nos termos do n.º 4 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 166/2012, de 31 de julho, e do n.º 2 do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 177/2009, de 4 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 266-D/2012, de 31 de dezembro, possuidor de reconhecida aptidão e experiência profissional adequadas ao exercício das referidas funções, como evidência o respetivo currículo, publicado em anexo ao presente despacho.

O designado pode exercer a opção prevista no n.º 3 do artigo 31.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua atual redação.

O presente despacho produz efeitos a partir de 1 de abril de 2014.

(Não carece de visto ou declaração de conformidade do Tribunal de Contas.)

23 de novembro de 2015. — A Diretora do Departamento de Administração Geral, *Isabel Santos*.

Nota Curricular

José Fernando Bessa de Sousa Oliveira.

Data de Nascimento — 29 de dezembro de 1952.

Local — Freguesia de S. Nicolau, Concelho do Porto.

Ingressou na Faculdade de Medicina da Universidade do Porto em 1972.

Licenciou-se em Medicina e Cirurgia no ano de 1978.

Efetua o Internato Geral no Hospital Distrital de Matosinhos.

Efetua o Serviço Médico à Periferia no Concelho de Santa Marta de Penaguião.

Iniciou a sua atividade médico-legal no Instituto de Medicina Legal do Porto em 1985.

Ingressou no Internato de Especialidade de Medicina Legal no Instituto de Medicina Legal do Porto em 1988.

Foi designado responsável do Serviço de Tanatologia Forense do Instituto de Medicina Legal do Porto em 1992.

Especializou-se em Medicina Legal em 1993.

Foi admitido no Colégio de Medicina Legal da Ordem dos Médicos em 1997.

Obteve o Grau de Consultor em 1999.

Foi Diretor do Serviço de Tanatologia Forense desde 2000 até 2007.

Foi Diretor do Internato Complementar de Medicina Legal na Delegação do Porto do Instituto Nacional de Medicina Legal desde 2001 até 2007.

Representante do Instituto de Medicina Legal nos Serviços de Proteção Civil Municipal e Distrital entre 2001 e 2007.

A partir de 2007 nomeado orientador de estágio de vários médicos internos de medicina legal até à presente data.

Presentemente com mais de 5.000 autópsias realizadas, mais de 200 comparências em Audiências de Julgamento para prestar declarações e esclarecimentos, múltiplas respostas a pareceres solicitados pelos Tribunais e um número incalculável de trabalhos apresentados em Congressos e Reuniões, alguns publicados em revistas de referência.

209157118

Instituto dos Registos e do Notariado, I. P.

Aviso (extrato) n.º 14551/2015

Nos termos do disposto na alínea *d*) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, na sequência do pedido de exoneração apresentado pelo trabalhador abaixo identificado, é extinto o vínculo de emprego público, com efeitos a 21.10.2015:

Vítor Ângelo Santimano Sequeira — assistente técnico, da carreira/categoria de assistente técnico do mapa de pessoal do Instituto dos Registos e do Notariado, I. P., colocado entre a 1.ª e 2.ª posição remuneratória e o 5.º e 7.º nível remuneratório da tabela remuneratória única da Administração Pública, na situação de licença sem remuneração desde 02.01.2013. (Não carece de visto do Tribunal de Contas.)

23 de novembro de 2015. — O Presidente do Conselho Diretivo, *José Ascenso Nunes da Maia*.

209159305

Polícia Judiciária

Despacho (extrato) n.º 14807/2015

Por despacho de 2015.11.18 do Diretor Nacional Adjunto da Polícia Judiciária, Dr. Pedro do Carmo:

Foi autorizada a licença sem remuneração, pelo período de 01.01.2016 a 30.04.2016, à Inspetora, Lic. Carla Maria Pereira Monteiro, nos termos do n.º 1 do artigo 280.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho. (Não está sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

26 de novembro de 2015. — Pela Diretora da Unidade, *João Prata Augusto*, Chefe de Área.

209156973

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DO MAR

Gabinete da Ministra

Louvor (extrato) n.º 1382/2015

Ao cessar funções enquanto Ministra da Agricultura e do Mar, exprimo público louvor ao licenciado Rui Miguel Lopes da Silva, pela competência, empenho e elevado sentido de responsabilidade com que desempenhou as funções de técnico especialista nos meus gabinetes durante o XIX e XX Governos Constitucionais.

Realço o empenho dedicado, permanente e competente no quadro da preparação e execução da Semana Azul, nos seus diversos segmentos, para cujo resultado final contribuiu de forma decisiva.

Sublinho, ainda, o papel que desempenhou em diversos projetos, dos quais destaco a conceção e execução de inúmeras missões externas e visitas a todo o país.

A extrema dedicação, inteligência, lealdade, sentido de responsabilidade e total disponibilidade que sempre manifestou, são merecedores do meu público louvor de apreço e agradecimento.

24 de novembro de 2015. — A Ministra da Agricultura e do Mar, *Maria de Assunção de Oliveira Cristas Machado da Graça*.

209155133

Louvor n.º 1383/2015

Ao cessar funções enquanto Ministra da Agricultura e do Mar, exprimo público louvor ao licenciado Nuno João Goulão Gardete Mendes Calado, pela competência, empenho e elevado sentido de responsabilidade com que desempenhou as funções de adjunto nos meus gabinetes durante o XIX e XX Governos Constitucionais.

Sublinharia, de igual modo, o empenho dedicado, permanente e competente que evidenciou no acompanhamento e resolução das matérias de natureza florestal. O seu conhecimento profundo e dedicado do